
REFLETINDO SOBRE A SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Tatianny da Silva Medeiros¹
Juliete Dutra de Oliveira²

RESUMO

A sexualidade tem passado por diversos estágios, iniciando-se nos primórdios da civilização e passando por mudanças consideráveis em relação à forma como é percebida no contexto da sociedade. O passar do tempo e as transformações econômicas e sociais das pessoas tiveram influência direta na forma como a sexualidade foi, e é percebida em cada momento. Neste sentido, o presente trabalho buscou analisar a sexualidade na fase da adolescência. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como escopo o exame de artigos, textos e obras. A partir das análises dos materiais encontrados, observou-se que a sexualidade é percebida em cada momento histórico, e enfatizar como ela é percebida na adolescência, destacando assim que não se trata de trabalhar um simples conceito, mas entendendo que a sexualidade possui inúmeras dimensões, e estas são frutos das relações entre os sujeitos de uma determinada sociedade, não um conceito, mas uma construção feita em diferentes momentos e por diferentes sujeitos.

Palavras-chave: Sexualidade. Adolescência. Educação Sexual.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa nos possibilitar uma melhor reflexão a respeito do tema sexualidade, com ênfase na fase da adolescência. Primeiramente traremos um pouco do histórico da sexualidade na civilização humana, assim, abordaremos os vários estágios da prática sexual na civilização, fazendo um resgate dos fatores que possibilitaram as mudanças e transformações ocasionadas e que fazem parte da forma como percebemos a sexualidade hoje.

¹ Assistente Social formada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, cursando Pós-Graduação em Políticas Públicas e Intervenção Social pela Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional – FADIRE, cursando Direito na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA. Contato email: tatiannymedeiros@hotmail.com.

² Assistente Social formada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, cursando Pós-Graduação em Políticas Públicas e Intervenção Social pela Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional – FADIRE. Contato email: julietedutra@hotmail.com.

O tema sexualidade tem dois extremos que iremos pontuar com destaque neste artigo, são eles: a liberdade e a repressão, assim, discutiremos os fatores que cada um agrega, perpassando valores, tradições e crenças, nos possibilitando assim construir, reconstruir e até mesmo desconstruir o significado da sexualidade para nossa sociedade. Desse modo, o objetivo geral desse trabalho é analisar e refletir a cerca da temática sobre a sexualidade na vida dos(as) adolescentes, levando em consideração as suas diversas particularidades.

2 BREVE INTRODUÇÃO AO TEMA DA SEXUALIDADE

Nos primórdios da civilização, as atividades sexuais eram livres entre homens e mulheres, sem que isso tivesse uma conotação de promiscuidade. Os filhos descendiam da linhagem materna, pois só sabia com certeza quem era a mãe, e os grupos familiares formavam os clãs (ENGELS,1982).

Com o passar do tempo o acúmulo de bens nos clãs aumentou de forma exagerada. Em consequência deste acontecimento surgem às primeiras propriedades privadas. Nessa nova forma de organização social a atividade sexual passou por várias transformações e acontecimentos, ou seja, o relacionamento sexual passou a ser atividade exercida por casal “homem e mulher”, pois o que prevalecia nessa época era a família nuclear, e os filhos legítimos do casal era quem herdavam os bens do clã. As famílias foram se organizando dentro do sistema patriarcal e os casamentos foram se tornando monogâmicos³.

Nessa nova forma de organização familiar, a reprodução passa a ser o principal objetivo do sexo⁴, as mulheres se tornaram submissas aos maridos e principalmente fieis sexualmente, mas os homens continuaram com a plena liberdade de manter relações sexuais fora do casamento. Desse modo é possível percebermos que a mulher não tem autonomia total de escolha sobre o seu próprio corpo⁵, pela imposição social, ou seja, não tem a liberdade de escolher se quer procriar ou não.

Segundo Oliveira (2007, p.12):

³ Nesse período o padrão da heterossexualidade se fortificava a partir do viés da reprodução. Portanto há um redirecionamento de vivência da sexualidade passando esta a se enquadra nos padrões normativos da sociedade patriarcal e capitalista que emergia no momento sob este assunto aborda-se a problemática da heterossexualidade compulsória. O termo caracteriza a imposição do modelo heterossexual como normativo gerando preconceitos, discriminação e homofobia diante as pessoas que vivenciam relacionamentos afetivo-sexuais divergentes do padrão.

⁴ De acordo com Engels (1982), reprodução se estabelece por meio de relações monogâmicas. Para que se tenha a certeza de que os filhos são legítimos do marido e terão, portanto, direito a herança.

⁵ A partir de muitos movimentos organizados por feministas, lutando para a efetivação dos direitos da mulher enquanto donas do seu corpo, apenas em meados de 1985, no que se refere aos direitos reprodutivos, foram tratados assuntos tal como contracepção, esterilização, aborto, concepção e assistência a saúde.

Na sociedade primitiva, a sexualidade era vivida livremente e a prática sexual era encarada de forma natural, sem normas a serem seguidas. Após várias mudanças ocorridas, entre elas, a expansão do cristianismo, da ideologia patriarcal e da monogamia, a sexualidade passa a ser vista como pecado e o sexo passou a ser encarado como ato exclusivo a reprodução e não para o desenvolvimento, o prazer e o bem-estar das pessoas.

Dessa forma, as normas, os valores cristãos e as necessidades impostas pelas transformações da sociedade, foram enquadrando a sexualidade. Esse processo se deu durante um longo tempo por meio da contribuição de várias civilizações e povos, mas foi principalmente a partir do século XVI, quando se iniciou o processo de modernização da sociedade e a ascensão da burguesia, aliando as influências da igreja e dos moralistas no controle da vida social, que essas normas passaram a reprimir a sexualidade dos indivíduos, principalmente a sexualidade feminina (COSTA, 1986). Com isso percebemos que a sexualidade foi fortemente influenciada pelas ideias cristã, culturais, políticas e econômica dificultando de tal modo a sua conceituação.

Na sociedade brasileira, essa influência não se deu de forma diferente, em virtude da influência portuguesa. Segundo Goldberg (1988), no Brasil - colônia a Igreja Católica, para combater o concubinato⁶, defende a família nuclear patriarcal, como o principal modelo de poder na organização familiar, em que só se admitia o desejo e o prazer sexual do homem fora do lar com prostitutas ou mulheres pobres, com isso elas se tornavam a companheira sexual perfeita para os homens brancos e também para a iniciação sexual dos meninos.

O sexo dentro do lar era realizado somente como forma de procriação, não sendo permitido o prazer sexual, pois o mesmo era visto pela sociedade como algo “vulgar”, as esposas jamais poderiam despertar prazer em seu marido. Esse ato ficava para as mulheres consideradas sem respeito e compromisso. Essa realidade dificulta as relações sociais, pois a sociedade demarca os papéis sexuais de forma rígida e estereotipada. O tabu que pesa sobre a iniciação sexual das mulheres, por exemplo, tem muito a ver com o papel de subordinação que a sociedade estabelece para o sexo feminino (PARKER, 1991).

Nesse sentido, o patriarcado no Brasil não foi simplesmente uma forma de organização familiar e social, foi também uma construção ideológica, onde os conceitos de homem e mulher foram definidos em termos de oposição; o homem como um ser forte, superior, ativo, viril e com potencial para violência; e, em contrapartida, a mulher como um ser inferior em todos os sentidos: mais fraca, dócil, bela e desejada, mas de qualquer forma, e

⁶ Concubinato: forma de união predominante nas camadas rurais e populares. Disponível em: <http://www.aureliovirtal.com.br>, acesso em: 03/02/2014.

em qualquer posição social, sujeita a dominação masculina (PARKER, 1991). Portanto, entendemos que o sistema patriarcal trata-se da influência e dominação da força masculina sobre as mulheres, dessa forma as lutas feministas tem suma importância para entender esse sistema, e lutar por igualdade entre os sexos.

De acordo com a definição de Heilbom (1999, p.232), patriarcado é um:

[...] conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, portanto, o sistema masculino de opressão das mulheres.

A grande superioridade masculina para com as mulheres é perceptível, quando há a dominação paterna e sucessivamente a dominação do marido. O patriarcado se dá nessas relações sociais que vão sendo perpassada pelos indivíduos (HERBORN, 2006).

Dessa forma, podemos perceber uma extrema diferenciação entre o homem e mulher, onde a sociedade desperta nos indivíduos um dualismo moral explícito, que contribui para reforçar e legitimar a ordem aparentemente natural de hierarquia de gênero. Vale salientar que as mulheres que decidem lutar por seu direito de igualdade são reprimidas e, muitas vezes, violentadas.

Foi por meio da “revolução sexual”, formada por um número maior de jovens dos países ocidentais avançados e de alguns setores das classes altas e médias de alguns países subdesenvolvidos, onde começaram suas experiências sexuais pré-conjugais mais cedo do que nas gerações precedentes (CHAUÍ; KEHL; WEREBE, 1981), que o indivíduo passou a ter a oportunidade de avaliar seu comportamento sexual e repensar a opressão que vinha vivendo há várias gerações. Porém, não podemos ficar no idealismo de que as repressões, as dificuldades e o preconceitos sofridos pelas mulheres acabaram. Essa realidade até os dias de hoje existe dentro das relações sociais.

Dessa forma, a sexualidade pode ser entendida como uma dimensão fundamental de todas as etapas da vida de homens e mulheres, envolvendo práticas e desejos relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde (BRANDÃO; HEILBORN, 1999). Nesse sentido, compreendemos que sexualidade, está diretamente ligada a uma construção histórica, cultural e social, e está sujeita a transformações conforme as mudanças entre as relações sociais.

Partindo do pressuposto de que sexualidade não está apenas ligada as reproduções biológicas da população, mas também faz parte das transformações sociais da população,

alguns estudiosos tentam trazer esta discussão para um contexto de conceituação deste fenômeno. Dessa forma, no período compreendido entre o final do século XIX até a metade do século XX, vários autores se dedicaram a repensar a sexualidade a partir de novos e diferentes paradigmas.

3 A SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que a sexualidade humana é parte integrante da responsabilidade de cada um. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. É energia que motiva a encontrar o afeto, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas se tocam e são tocadas, é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental (BOLETIM, 2000). Dessa forma, entendemos que os desejos, sentimentos e comportamentos são frutos das relações entre os sujeitos.

Para adolescentes e jovens, a dimensão da sexualidade se traduz em um campo de descobertas, experiências e vivências, como também de construção de capacidade para a tomadas de decisões, de escolha, de responsabilidades e de afirmação de identidades, tanto pessoais como políticas. A sexualidade se destaca como campo em que a busca por autonomia de projetos e práticas é exercida de forma singular e com urgência própria da juventude (ONU, 2003).

De acordo com Brandão (1999, p.166-167), a sexualidade especialmente na adolescência é entendida da seguinte forma:

(...) a sexualidade é um domínio cercado de mistério, tabus, proibições, ao mesmo tempo em que tem sido, secularmente, um discurso repetido até a exaustão, uma fala pública para uma prática privada, vivida como domínio de pura emoção, da natureza... A sexualidade, como já afirmamos anteriormente, tem sido fortemente regulada, não tanto no âmbito da legislação, mas das relações cotidianas: é a religião, a família, a medicina, a psicanálise, a mídia que se constituem em elaboradores e repassadores de códigos e definições. Paralelamente, ela é o lugar por excelência de transgressão, numa eterna e séria brincadeira de ocultação e desvelamento .

A sexualidade faz parte da vida e está ligada ao desenvolvimento global do indivíduo, constituindo um dos elementos da personalidade. No que diz respeito à adolescência um dos motivos que mais tem preocupado é a iniciação da vida sexual precocemente, onde os adolescentes têm sua primeira relação sexual com idades entre 12 a 15 anos, sendo que essa iniciação precoce não vem acompanhada de informações e cuidados.

Segundo Barroso (1991), grande parte dos adolescentes tem exercido a sexualidade com mais frequência e precocidade, sendo que a vivência da prática sexual precoce pode trazer consequências sociais e psicológicas. Considerando este fato uma manifestação frequente durante a adolescência, tem-se observado hoje um aumento da frequência de doenças sexualmente transmissíveis, aumento de gestações indesejadas, abortos, casamentos forçados (quase sempre fracassados) e toda uma gama de conflitos intra-psíquicos e preconceitos sociais decorrentes desses fatos.

Um dos fatores que influenciam essa iniciação sexual precoce, sem os cuidados necessários, é a falta de diálogo na relação familiar, pois as marcas culturais perpetuadas através das gerações têm dificultado o diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos, em especial quando se refere à sexualidade feminina. Na maioria das vezes, quando esse diálogo acontece vem cercado de “Tabus”, onde o sexo e o prazer principalmente para meninas são considerados como algo proibido, perigoso e até mesmo pecaminoso, podendo ser realizado só depois do casamento. Reforçando assim, a ideia de que, a relação sexual na adolescência deve ser algo reprimido e sigiloso. Essa influência se dá muitas vezes por causa da religião, onde o sexo antes do casamento é visto como algo errado e pecaminoso.

A maioria dos rapazes são pressionados por boa parte da sociedade, a iniciar sua vida sexual logo cedo, pra mostrar que ele é capaz de exercer seu papel de dominador. Já as moças, muitas vezes, não recebem uma orientação sexual adequada, devido a uma concepção da maioria dos familiares de que isso despertaria o desejo sexual nas meninas, uma vez que essa mesma sociedade patriarcal que julga necessário o rapaz começar sua vida sexual cedo, diz que as moças devem se resguardar para o marido, e só perder a virgindade após o casamento.

Um dos maiores mitos que caracterizam a sexualidade feminina está vinculado justamente à questão da virgindade, por isso, os rapazes tendem a começar a praticar relações sexuais antes das moças. Diferentemente do homem, se a mulher chegar a perder a virgindade sem estar mantendo um compromisso sério com o parceiro, ela provavelmente será vista por uma camada conservadora da sociedade, como uma jovem “pervertida” ou “vulgar”.

De acordo com Cano (2000, p. 38):

Quando os pais não reconhecem o amadurecimento da sexualidade de suas filhas desperdiçam a oportunidade de proporcionar espaços para a discussão sobre suas vivências e o esclarecimento de dúvidas. Além disso, falar com censura ou ser indiferente à sexualidade pode potencializar uma prática sexual insegura, desprovida de orientações ou baseada em informações inadequadas.

A grande maioria dos adolescentes quando não encontram informações sobre sexualidade no seio familiar, compartilham nas suas relações entre amigos as dúvidas e curiosidades, estando sujeitos a trocarem informações equivocadas. Em geral o acesso a informações sobre sexualidade para adolescentes é algo bastante restrito, as Instituições que estão para garantir os direitos, não desenvolvem ações de prevenção suficientes para informar sobre os riscos e problemas que uma relação sexual sem responsabilidade pode trazer.

Os meios de comunicação como: televisão, rádios, redes sociais e a internet em geral têm ganhado um papel fundamental na “educação” sexual dos adolescentes, ou seja, a maioria dos adolescentes compartilha experiências e trocam informações quase sempre por meio das redes sociais. Dessa forma, estão vulneráveis a informações positivas ou negativas.

De acordo com a Fundação Ford⁷ (2010), é fundamental para o acesso a informação:

Divulgar, massivamente, os marcos legais – nacionais e internacionais -- que garantem a informação abrangente sobre saúde sexual e saúde reprodutiva para adolescentes e jovens, bem como o acesso aos insumos de prevenção (inclusive nas escolas) e ao atendimento integral nos serviços de saúde, mesmo que desacompanhados de seus familiares ou responsáveis.

Promover a participação juvenil na busca por soluções de suas demandas e necessidades em Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva, viabilizando a construção de espaços e propostas que estimulem o envolvimento e o engajamento dos jovens.

A responsabilidade de transmitir informações sobre sexualidade não deve se limitar apenas ao seio familiar. A escola também tem o dever de contribuir nesse processo. Sendo assim, está garantido nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação nacional (Lei nº. 9,394, de 20 de dezembro de 1986), que a educação sexual é prevista como um dos temas transversais a serem incluídos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em todas as áreas de conhecimento – do ensino fundamental ao ensino médio. Com isso, é perceptível que incluir o tema da sexualidade no ensino dos jovens é de suma relevância. Contudo para além das informações acerca dos métodos contraceptivos que sem dúvidas é importante, mas é necessário o conhecimento do corpo, entendendo o ciclo menstrual, o período de fertilidade, o próprio ato sexual e conseqüentemente os benefícios dos contraceptivos.

Diante desta realidade é importante discutirmos sobre a dimensão sócio-cultural da constituição da sexualidade, onde a mesma se dá especialmente através da educação sexual⁸ que segundo Chauí, Kehl, Werebe (1981, p. 106), ocorre por meio de duas maneiras:

⁷ Adaptado de: **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade**: Uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 03/02/2014.

A educação sexual informal, processo global, não internacional, que engloba toda ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual; já a educação sexual formal, deliberada, institucionalizada, feita dentro ou fora da escola .

Assim, podemos perceber que desde o nascimento de uma criança a sociedade e a família já começam a diferenciá-la sexualmente através de roupas, cores, brinquedos e objetos. Os pais sutilmente se encarregam de ir impondo, durante a infância, as diferenças entre meninos e meninas e a sociedade trata de acentuá-las mediante elementos meramente externos, entendendo assim como educação sexual informal.

Já a educação sexual formal se efetiva no processo de informação dentro das escolas e das demais instituições e segundo Paiva (1996, p. 216), depende do incentivo do sujeito sexual, entendido como:

O sujeito deve desenvolver uma relação de negociação com as normas da cultura, familiar e de grupo de pares; explorar (ou não) a sexualidade independente da iniciativa do parceiro; conseguir dizer não e ter esse direito respeitado; negociar práticas sexuais que sejam prazerosas para si, desde que aceitas pelo parceiro e consensuais; ter acesso aos meios materiais e serviços para efetuar escolhas reprodutivas, contraceptivas e de sexo seguro.

O ambiente escolar deve esclarecer dúvidas e ampliar os conhecimentos dos adolescentes, para que através disso, eles tenham mais opções de escolher; além de consciência e autonomia sobre seu corpo como sujeito sexual e sujeito de direitos. Evitando assim, que num futuro próximo se tornem adultos frustrados com seus próprios desejos, repassando para seus descendentes, as concepções conservadoras e patriarcais que introduziram na juventude.

No que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde, este também nem sempre consegue responder as demandas dos adolescentes nas áreas da saúde sexual, da saúde reprodutiva e os demais serviços de saúde. Afinal, vivemos em uma cultura e em uma sociedade em que se fala sobre sexo o tempo todo, mas, devido a uma série de crenças e tabus, acaba-se, muitas vezes, por violar os direitos dessa população à informação e ao acesso aos serviços e insumos de prevenção, principalmente quando nos referimos aos adolescentes.

⁸ É uma forma de trabalhar a saúde sexual e a saúde reprodutiva em termos mais abrangentes, propiciando um aprendizado não só na aquisição de conteúdos, mas também incluindo o questionamento de atitudes e o desenvolvimento de habilidades para a tomada de decisão, comunicação, negociação e redução de riscos em relação à infecção pelo HIV e outras DST; ao uso do álcool e outras drogas e às situações de violência. Parte de uma abordagem apropriada para cada um dos ciclos da vida – infância, adolescência, juventude – fornecendo informações cientificamente corretas, realistas e sem pré-julgamentos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>.

Dessa forma, a equipe de saúde deveria estabelecer ações que atendessem as demandas dos adolescentes, proporcionando um atendimento voltado para suas reais necessidades, onde os mesmos poderiam colocar suas angústias, inseguranças e anseios. Sendo assim, teriam a oportunidade de pensar em um projeto de futuro ou ainda dizer de forma aberta e sem receio quais são as suas visões e perspectivas sobre tais temas, mas na grande maioria os adolescentes se sentem reprimidos e inseguros ao buscarem os serviços de saúde.

Portanto, é possível perceber que a família, a escola, os meios de comunicação e os serviços de saúde têm um papel fundamental na vida dos adolescentes de maneira geral, principalmente quando a iniciação sexual acontece precocemente. Entendendo assim a necessidade de discutirmos a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos para os adolescentes e principalmente os fatores que asseguram esses direitos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se verificar que a sexualidade não pode ser estudada de forma isolada sem levar em consideração as particularidades dos indivíduos, desse modo, é necessário entender e estudar todo o seu contexto social e cultural no qual o adolescente está inserido. Tendo em vista que o próprio adolescente está passando por sua fase de transformação e mudanças, sendo elas físicas e mentais.

A sexualidade tem um papel significativo na construção do ser humano, diante de uma sociedade heterogênea e um mosaico de culturas a sexualidade não tem o mesmo significado para todos. Segundo Foucault (1977) apud Heilborn, a sexualidade é uma unidade ficcional, dependente de um determinado contexto cultural e historicamente instituída como um domínio portador de sentido em si mesmo.

Por fim, podemos afirmar que a temática sobre sexualidade na adolescência é de bastante relevância para a sociedade, no entanto é pouco discutido, deixando os(as) adolescentes vulneráveis às mudanças físicas e mentais da sua própria fase de desenvolvimento peculiar, vulneráveis no sentido de não compreender como lidar com essas mudanças. No que diz respeito a uma melhora entendemos que as políticas públicas direcionadas a jovens e adolescentes, na área da saúde e da educação deveriam ter um investimento mais amplo e uma preparação dos profissionais, sendo assim garantido o direitos dos(as) adolescentes no que diz respeito a sexualidade.

REFLECTING ON SEXUALITY IN ADOLESCENCE

ABSTRACT

Sexuality has gone through several stages , beginning in the early days of civilization and going through considerable changes in relation to how it is perceived in the context of society. The passage of time and the economic and social transformations of the people had a direct influence on how sexuality was , and is perceived at all times. In this sense, the present study aimed to analyze sexuality in adolescence . The study was conducted by means of literature , with the scope of the review articles, texts and works. From the analysis of the materials found , it was observed that sexuality is perceived in each historical moment , and emphasize how it is perceived in adolescence , highlighting how it is not working a simple concept , but understanding that sexuality has many dimensions and these are the fruit of relationships among individuals of a given society , not a concept , but a construction made at different times and for different subjects.

Keywords: Sexuality . Adolescence . Sexual education.

REFERÊNCIAS

BARROSO, C., BRUSCHINI, C. **Sexo e Juventude**: como discutir a sexualidade em casa e na escola. São Paulo: Cortez , 1991.

BOLETIM INFORMATIVO DST/AIDS. Secretaria de Saúde: Recife, ano II, n.1, jan-abr. 2000.

BRANDÃO, Elaine Reis; HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, jul.1999.

CANO, M. A.T. **A família frente à sexualidade dos adolescentes**. Acta Paul Enferm, 2000. 38-46p.

CHAUÍ, M.; KEHL, M.R.; WEREBE, M.J. Educação Sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? **Cadernos de Pesquisa**, n. 36, Rio de Janeiro, 1981.

COSTA, M. **Sexualidade na adolescência**: dilemas e crescimento. 8. ed. São Paulo: L & PM Editores, 1986.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GOLDBERG, M. A. A. **Educação Sexual**: uma proposta um desafio. São Paulo: Cortez, 1988.

HEILBNORN, Maria Luiza, Jorge Zahar. **Sexualidade**: O olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: JZE, 1999. 206-235 p.

OLIVEIRA, Maristela Costa de. Sexualidade e procriação na ótica de jovens de periferias sociais e urbanas. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco). **Juventude e Sexualidade**. Brasília, 2003.

PAIVA, V. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: Parker R, Barbosa RM. **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. 213-234p.

PARKER, R.G. **Corpos, prazeres e paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991. 295-302p.